

DITADURA DO PROLETARIDO OU ABOLIÇÃO DO ESTADO? O CONFLITO CONCEITUAL ENTRE ANARQUISTAS E MARXISTAS

Rafael Saddi Teixeira
saddirafael@yahoo.com.br

Segundo a opinião padrão, a distinção central entre os anarquistas e os marxistas está no fato de que os primeiros “(...) insistem na destruição imediata do Estado em geral”, enquanto os marxistas “entendem que, apenas depois da vitória do proletariado e do período da *Ditadura Revolucionária do Proletariado*, poderá o Estado perecer” (VERGER, 2009).²

O presente artigo tem como objetivo questionar esta explicação um tanto simplista das diferenças entre os anarquistas e os marxistas. Queremos mostrar que por trás do conflito entre Bakunin e Marx ocorreu uma série de confusões terminológicas e conceituais. O que era ditadura do proletariado para Marx? Era de fato um Estado, tal como Bakunin criticara? O que era a “abolição do Estado” para Bakunin? Era uma destruição de qualquer instância organizativa e coercitiva?

Este conflito entre anarquistas e marxistas, presente desde o século XIX, embora não se resuma a um mero conflito de termos, constantemente apresenta-se sob a forma conceitual, isto é, sob uma luta contra e por conceitos e definições que foram elaborados de formas diferentes por cada uma destas duas correntes.

² Existem muitas outras referências aos conflitos entre marxistas e anarquistas que não colocam a questão central na transição política do capitalismo à nova sociedade, tais como a diferença em relação ao método de análise, às táticas de ação (espontaneidade-disciplina), à concepção de liberdade (coletiva-individual), etc. A maior parte destas referências apresentam várias confusões tanto do entendimento do pensamento de Marx quanto do pensamento dos anarquistas. Entretanto, neste artigo nos centraremos na questão do Estado, que nos parece ser a mais comentada e mais socializada das opiniões.

Neste sentido, pretendemos aqui, primeiramente, analisar a trajetória do conceito de “ditadura do proletariado” em Marx, depois, analisar as diferenças do conceito “Estado” em Marx e Bakunin, e, por último, sugerir uma possibilidade de superarmos as diferenças conceituais entre anarquistas e marxistas autogestionários para nos entendermos em relação à crítica da realidade e à forma de superação da sociedade capitalista.

O Conceito de Ditadura do Proletariado em Karl Marx

A primeira utilização do termo “ditadura do proletariado” foi realizada pelo francês Auguste Blanqui, que entendia a ditadura do proletariado como um governo de transição entre a antiga sociedade e a nova sociedade.

Em um dos documentos de ingresso de militante na *Sociedade das Primaveras*, sociedade secreta criada por Blanqui, está explícita esta preocupação com um governo centralizado que preparará as condições para a nova sociedade.

Can the people govern themselves immediately after the revolution? (...) the people will need, for a certain period of time, a revolutionary power. – In summary, what are your principles? Royalty and all aristocracies must be exterminated; to substitute in their place the republic, which is to say the government of equality; but, to pass to this government, to employ a revolutionary power, which sets the people to exercise its rights. (BLANQUI, 1830).³

³ Tradução do autor: “Pode o povo imediatamente governar a si mesmo imediatamente depois da

Vejamos que para os blanquistas, o povo não poderá governar-se a si mesmo imediatamente após a revolução, necessitando, por um certo período de tempo, de um poder revolucionário que prepare as condições para o estabelecimento da plena igualdade.

Marx utilizou poucas vezes o termo “ditadura do proletariado”. Parece-me que a sua primeira utilização foi em 1850, no texto “A Luta de Classes em França de 1848 a 1850”, onde afirma:

Este socialismo é a *declaração da permanência da revolução, a ditadura de classe* do proletariado como ponto de trânsito necessário para a *abolição das diferenças de classes em geral*, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem destas relações sociais. (MARX, 1850).

Ele não diz muita coisa nesta citação sobre o que é de fato esta *ditadura de classe do proletariado*. Apenas afirma que é um *ponto de trânsito* necessário para a abolição das diferenças de classe e para a abolição de todas as relações de produção capitalistas. Se esta ditadura é um Estado ou uma outra forma de organização, Marx não fala.

Embora sua explicação do termo seja vaga, uma análise do contexto do seu pensamento neste período nos dá pistas para compreender o que ele entendia por “ditadura do proletariado”.

Marx acreditava que a revolução proletária deveria “centralizar os

revolução? (...) o povo precisará, por um certo período de tempo, de um poder revolucionário. Em suma, quais são seus princípios? Realeza e todos os aristocratas devem ser exterminados, para colocar em seu lugar a república, que é o governo da igualdade; mas, para passar para este governo, é necessário empregar um poder revolucionário, o qual prepare o povo para exercer seus direitos”.

instrumentos de produção nas mãos do Estado” e definia este Estado como “o proletariado organizado em classe dominante”. Vejamos o que fala no Manifesto Comunista, de 1848:

(...) o proletariado utilizará sua supremacia para arrancar, pouco a pouco, todo capital à burguesia, centralizando os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas. (MARX, 1848).

Podemos dizer aqui que a ditadura do proletariado era entendida, por Marx, como este Estado (o proletariado organizado em classe dominante), que era caracterizado pela centralização dos instrumentos de produção. Vemos também uma certa noção de “transição”. Ao tomar o poder, o proletariado deve arrancar “pouco a pouco” todo capital à burguesia e “aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas”.

A noção de ditadura do proletariado em Marx apresenta-se distinta da noção em Blanqui. Para o último, a ditadura do proletariado é uma ditadura do grupo revolucionário no poder de Estado. Para o primeiro, a ditadura do proletariado é uma ditadura da classe proletária, isto é, do proletariado organizado em classe dominante.

Mas, o que era este proletariado organizado em classe dominante? Podemos dizer que, até então, Marx entendia que o proletariado, ao fazer a revolução, deveria se apropriar da máquina estatal já montada, centralizar os instrumentos de produção nas mãos de Estado e criar a partir daí as condições para a nova sociedade.

A partir da experiência da Comuna de Paris, entretanto, há um rompimento com a idéia de tomada do poder de Estado pelo proletariado. Marx e Engels a explicitam em um prefácio à edição alemã do Manifesto Comunista:

Face ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária, face às experiências práticas, primeiro da revolução de Fevereiro, e muito mais ainda da Comuna de Paris — na qual pela primeira vez o proletariado deteve o poder político durante dois meses —, **este programa está hoje, num passo ou noutro, antiquado.** A Comuna, nomeadamente, forneceu a prova de que "a classe operária **não pode simplesmente tomar posse da máquina de Estado [que encontra] montada** e pô-la em movimento para os seus objectivos próprios. (MARX & ENGELS, 1872).

Esta era, portanto, a primeira definição marxista de “ditadura do proletariado”. Foi a partir desta concepção, ainda bem próxima da concepção blanquista, que Marx utilizou o termo.

A partir da experiência da Comuna de Paris, entretanto, há um rompimento com a idéia de tomada do poder de Estado pelo proletariado. Em 12 de abril de 1871, em uma carta a Kugelmann, Marx escrevia:

Se você reexaminar o último capítulo do meu “*18 Brumário*”, vai constatar que declaro como próximo intento da *Revolução na França* – não mais como antes –, o *ato de transferir a maquinaria burocrático-militar de uma mão para outra, mas sim despedaçá-la* (EvM.: no original alemão “*zerbrechen*”, i.e. despedaçar, quebrar, fraturar, destruir etc.). (MARX, 1871).

Ocorre, assim, uma superação da antiga concepção de ditadura do proletariado por uma outra concepção política. O proletariado não deve mais simplesmente tomar o Estado, ele deve aboli-lo, reconstruindo uma nova forma política, uma forma proletária de organização política. A Comuna de Paris teria fornecido a forma política como o

proletariado deveria se organizar. É no texto “A Guerra Civil na França” que Marx apresenta claramente a sua posição:

(...) uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado teria que ceder lugar também nas províncias ao autogoverno dos produtores (...); não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária. (MARX, 1986, p. 73-74).

Vejamos que Marx claramente opõe “poder estatal” (como uma “excrescência parasitária”, “independente e acima da nação”) ao “regime comunal” e opõe também “governo centralizado” ao “autogoverno dos produtores”.

Aqui nos encontramos com o ponto cerne de nossa questão. Bakunin já havia percebido que a revolução proletária deveria abolir o Estado e constituir o autogoverno dos produtores. Marx, a partir da experiência da Comuna de Paris, também compreende isto. Os dois chegam assim a uma mesma percepção do que o proletariado deverá fazer ao se levantar em revolução social. Ele deverá abolir o antigo Estado e organizar o seu autogoverno, a Comuna.

É significativo o fato de que Marx não utiliza em nenhum momento neste texto, “A Guerra Civil na França”, o termo “ditadura do proletariado”. E poderíamos pensar que este termo havia morrido junto com a idéia de tomada do Estado Burguês.

Entretanto, em diferentes cartas, e também nas “Críticas ao Programa de Gotha” de 1875, o termo “ditadura do proletariado” continua a ser utilizado. Vejamos o que diz:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da

primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a *ditadura revolucionária do proletariado*. (MARX, 1875).

Ditadura do proletariado está definida aqui como um período político de transição entre o capitalismo e o comunismo. Mas, o que caracteriza este período e que forma política apresenta? Engels irá afirmar, em uma carta a Bebel, em 1875, que era necessário substituir em todos os programas o termo Estado (operário) pelo termo *Gemeinweisen*, “uma boa palavra alemã antiga que pode corresponder muito bem à «Comuna» [Kommune] francesa” (ENGELS, 1875). Em 1891, em um prefácio ao livro “A guerra civil na França”, Engels dirá que a “ditadura do proletariado” é a própria “Comuna de Paris”. (ENGELS, 1891).

Desta forma, é bem possível que Marx, ao utilizar o termo “ditadura do proletariado” e “Estado operário” esteja, a partir de 1871, se referindo ao autogoverno dos produtores, e não mais a um Estado (no sentido que os anarquistas dão ao termo). Então porque Marx mantém a utilização do termo “Estado” e do termo “ditadura do proletariado”? Porque não fazer como Engels havia proposto na Carta a Bebel e substituir o termo “Estado” por “Comuna” (coisa que nem Engels mesmo fez)?

Deve haver vários motivos para isto. Mas, para além deles, quero insistir aqui na limitação da definição de Estado em Marx e dizer que esta limitação possibilitava a utilização do termo “ditadura do proletariado”, (mesmo quando se entende por isto o autogoverno dos produtores ou a Comuna) como uma forma de Estado.

A Concepção de Estado em Karl Marx e em Mikhail Bakunin

Para Marx, o Estado é um instrumento de reprodução das relações de produção. Neste sentido, ele reproduz a

dominação de classe através da repressão, da intervenção na produção, da produção de ideologias etc.

Entretanto, a definição do termo Estado tal como utiliza Marx, necessita apenas da *repressão* para garantir sua utilidade. É por isto que Marx pode falar de Estado operário quando quer dizer coerção-repressão proletária sobre a burguesia⁴.

Se o Estado é, portanto, uma forma de repressão de uma classe sobre outra, ao destruir o Estado Burguês, o proletariado constrói o seu Estado, ou seja, a sua forma específica de repressão classista, a ditadura do proletariado. Assim, ainda quando falamos de “autogoverno dos produtores”, ou “Comuna”, na terminologia de Marx, estamos ainda falando de Estado, pois pressupõe que a Comuna é um instrumento criado pelo proletariado para reprimir a oposição burguesa. Como respondeu Marx, em notas críticas ao livro de Bakunin:

(Ditadura do Proletariado) Significa que o proletariado – em vez de lutar, fragmentadamente, contra as classes economicamente privilegiadas – adquiriu forças e organização suficientes para **aplicar contra elas meios gerais de coerção**. Porém, o proletariado pode apenas aplicar meios econômicos que suprimem seu próprio caráter de *salariat* (EvM: assalariamento) e, portanto, de classe.

Portanto, com sua completa vitória, terminará também sua dominação, pois que desaparecerá seu caráter de classe. (MARX, 1874).

⁴ Para Marx, o que é essencial no conceito de Estado é o fato de que todo Estado é um meio de repressão de uma classe sobre outra. (VIANA, 2003). Ao falar de Estado operário, Marx está falando do “estado que a classe operária utilizaria para reprimir a burguesia.” (VIANA, 2003).

Assim, para Marx, o Estado operário é a concentração das forças proletárias para aplicar “meios de coerção” contra a burguesia.

Em Bakunin, o termo Estado assume uma outra definição. Para ele, o Estado é, também, um instrumento de repressão de uma classe sobre outra. Entretanto, a utilização do termo implica mais que isto. Todo Estado é, em sua essência, hierarquizado, burocrático, dominador. Logo, todo Estado só pode atuar a partir de uma divisão entre dirigentes e dirigidos. Por isto, ele afirma: “Estado quer dizer dominação, e toda dominação supõe submissão das massas e, conseqüentemente, sua espoliação em proveito de uma maioria governamental qualquer.” (BAKUNIN, 1999, p. 147).

A crítica de Bakunin à “ditadura do proletariado” se faz dentro desta sua concepção de Estado. Ele critica a idéia de que seja possível falar em Estado como “o proletariado organizado em classe dominante”, pois nenhum Estado pode atuar com toda a classe dentro dele, mas somente através desta divisão entre governantes e governados.

O que significa: “o proletariado organizado em classe dominante”? Quer dizer que este estará inteiramente na direção dos negócios públicos? Há, aproximadamente, quarenta milhões de alemães. Poderão esses quarenta milhões de alemães fazer parte do governo e, o povo inteiro governando, não haverá governados? Então não haverá Estado, mas, se houver, haverá governados, haverá escravos. (BAKUNIN, 1999, p. 155).

Bakunin não aceita a idéia de um Estado operário, afirmando que ainda que ele fosse formado por membros da classe proletária, os dirigentes se tornariam novos opressores e reconstruiriam também a exploração econômica.

Não admitimos, nem mesmo como transição revolucionária, nem as Convenções nacionais, nem as

Assembléias constituintes, nem os governos provisórios, nem as ditaduras supostamente revolucionárias, porque estamos convencidos de que a revolução só é sincera, honesta e real dentro das massas e que, quando se concentra nas mãos de alguns governantes, transforma-se inevitável e imediatamente em reação. (BAKUNIN, 1999, p. 148).

Neste sentido, Bakunin combate os termos “Estado operário” e “ditadura do proletariado” e não aceita que a *Comuna de Paris* seja tomada como uma forma de Estado, posto que ela foi uma forma anti-estatal por excelência, uma organização descentralizada, federativa, firmada de baixo para cima, sem a divisão de poder entre dirigentes e dirigidos.

Para nós, este conflito terminológico apresenta algo mais do que uma simples questão de termos. Podemos citar ao menos dois exemplos para demonstrar isto. Primeiro, é por esta percepção do Estado enquanto dominador por essência que Bakunin colocava a necessidade de destruição da máquina estatal burguesa e a constituição do “autogoverno dos produtores” antes mesmo da experiência da Comuna de Paris. O pensamento de Marx precisou da realização da primeira grande experiência revolucionária do proletariado para perceber a importância desta premissa. Segundo, é também por esta concepção de Estado que Bakunin rompeu com qualquer tipo de participação política (entenda-se política como Estado), defendendo o abstencionismo completo, enquanto Marx, mesmo depois da Comuna de Paris, ainda achava que em alguns países seria possível a transição do capitalismo para o comunismo de forma pacífica, como afirma em um discurso durante o Congresso de Haya (mesmo congresso que expulsou os anarquistas da Associação Internacional dos Trabalhadores):

Sabemos que há que ter na devida conta as instituições, os costumes e as

tradições dos diferentes países; e não negamos que existem países como a América, a Inglaterra, e se conhecesse melhor as vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir o seu objectivo por meios pacíficos. Se isto é verdade, também devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente a força é que deve ser a alavanca das nossas revoluções; é à força que se terá de fazer apelo por algum tempo a fim de estabelecer o reino do trabalho. (MARX, 1872).

Embora esta questão em relação à defesa da participação eleitoral por Marx seja polêmica, alguns documentos da AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores, demonstram isto. Além da citação acima, podemos nos recordar de uma fala de Marx na Conferência de Londres em 1871, a respeito da participação eleitoral dos trabalhadores franceses:

The governments are hostile to us, one must respond to them with all the means at our disposal. To get workers into Parliament is synonymous with victory over the governments, but one must choose the right men, not Tolains. (MARX, 1871a)⁵.

Neste sentido, assim como a Comuna de Paris foi importante para Marx pensar a destruição da máquina estatal burguesa; a experiência dos diferentes “partidos operários” durante o final do século XIX e início do século XX foi necessária para que os marxistas autênticos percebessem a necessidade de se romper com a idéia de que a participação política poderia trazer algum ganho para a luta da classe proletária.

É por isto, por achar que o conceito de Estado em Bakunin resistiu ao tempo e foi demonstrado nas experiências

⁵ Tradução do autor: “Os governos são hostis a nós, nós devemos respondê-los com todos os meios disponíveis. Colocar os trabalhadores no Parlamento é sinônimo de vitória sobre os governos, mas devemos escolher os homens certos, não Tolains”. (MARX, 1871).

da luta de classes posteriores a ele; que acredito que termos como “ditadura do proletariado” ou “Estado operário” devam ser superados pela noção de “abolição do Estado” e “autogoverno dos produtores”.

Entretanto, devemos entender que é preciso ir além dos termos e conceitos utilizados por anarquistas e marxistas e nos aproximarmos através da crítica real à sociedade e da sua forma de superação.

Superando os conflitos de conceitos

Quando Bakunin critica a “ditadura do proletariado” ou a noção de “Estado Popular”, ele não está na realidade criticando a concepção que Marx apresentava, mas aquilo que Bakunin acreditava que Marx apresentava. Como assim? Vejamos o que Bakunin fala:

(...) conforme a teoria do Sr. Marx, o povo não apenas deve destruir o Estado, como, ao contrário, deve consolidá-lo, torná-lo ainda mais forte e, sob esta forma, colocá-lo à disposição de seus benfeitores, de seus tutores e de seus educadores, os chefes do partido comunista, em suma, à disposição do Sr. Marx e de seus amigos, que começarão em seguida a libertá-lo à sua moda. (BAKUNIN, 1999, p. 159).

A citação acima serve, em algum sentido, para o pensamento de Marx antes da Comuna de Paris, mas não depois dela. Embora Marx e Blanqui não possuam a mesma concepção de “ditadura do proletariado” (um vê o proletariado organizado como classe dominante e o outro vê um grupo de conspiradores tomando o Estado), ambos pensaram em um tomada do Estado. Posto que a máquina do Estado até então montada era o Estado burguês (uma máquina burocrática) me parece válida neste sentido a crítica de Bakunin para este período do pensamento de Marx, embora não sirva para o período após a Comuna de Paris, quando este demonstra que não se deve simplesmente tomar a máquina até

então montada, mas constituir a Comuna, ou seja, uma forma não burocrática da organização política.

Se é verdade que para Marx a “ditadura do proletariado” passou a ser entendida como a “Comuna”, o “autogoverno dos produtores”, então não é verdade que Marx queria aumentar a força do Estado, mas suprimir as funções burguesas do Estado (para usar a terminologia marxista) e “abolir o Estado” (na terminologia anarquista).

Depois de 1872, a crítica de Bakunin a Marx se centra bastante naquilo que ele chama de “a noção de Estado Popular do Sr. Marx”. Entretanto, Marx nunca usou e, na verdade, combateu esta idéia de “Estado Popular” cunhada por Wilhelm Liebknecht. Neste sentido, mais uma vez, a crítica de Bakunin, embora correta em sua essência, não é uma crítica ao pensamento mais avançado de Marx.

Assim, se, para Bakunin, o problema de se manter ou se criar um Estado operário era que este Estado não conduziria à emancipação dos trabalhadores, mas à sua exploração e dominação; então sua crítica não servia mais para a concepção de Marx/pós Comuna de Paris. Posto que, chame de “Estado operário” ou “autogoverno dos produtores”, tanto Marx quanto Bakunin concordavam que a Comuna deveria ser a forma política do proletariado.

Marx também, por sua vez, e Engels (este mais ainda) confundiram bastante, em suas críticas, a concepção bakuninista de revolução social. Nas notas críticas ao livro “Estado e Anarquia” de Bakunin, Marx afirma:

À parte o fato de que o Sr. *Bakunin* fica cavalgando em torno da concepção de *Estado do Povo*, criada por *Wilhelm Liebknecht*, sua parvoíce é dirigida contra o “*Manifesto do Partido Comunista*” etc. e significa apenas o seguinte: Durante o período da *luta para a derrubada da velha sociedade*, como o proletariado ainda *atua sobre a base dessa velha sociedade*, movimentando-se, por isso, também

no interior de formas políticas que ainda pertencem mais ou menos a ela, não atingiu ainda, ao longo desse mesmo período de luta, sua complexão definitiva e emprega meios de libertação que deixarão de existir, depois da libertação. Por isso, o Sr. *Bakunin* conclui que é mais aconselhável não se fazer absolutamente nada ... e esperar o *Dia da Liquidação Geral – o Dia do Juízo Final*. (MARX, 1874).

Marx parece compreender que Bakunin pretende simplesmente a abolição do Estado de uma hora para outra, sem entender a importância do proletariado exercer uma dominação de classe sobre a burguesia, ou seja, a importância da classe proletária criar meios de coerção contra a oposição burguesa.

Em um outro texto, datado de 1873, Marx e Engels afirmam, ironizando os anarquistas:

Se a luta política da classe operária adquire formas revolucionárias, se os operários, em lugar da ditadura da burguesia, estabelecem a sua ditadura revolucionária, cometem um espantoso crime de lesa-princípios, pois que, para satisfazerem as necessidades do momento, necessidades lamentáveis e profanas, para quebrarem a resistência da burguesia, dão ao Estado uma forma revolucionária e passageira, em vez de deporem as armas e suprimirem o Estado. (MARX apud: Lênin, 1918).

Aqui opõem a atitude marxista de dar ao Estado uma forma revolucionária e passageira (a ditadura do proletariado, o Estado Operário, a Comuna, o autogoverno dos produtores) à atitude anarquista de depor as armas e suprimir o Estado. Mais uma vez, Marx e Engels acusam os anarquistas de não pensarem a questão da importância do proletariado garantir, no momento revolucionário, uma forma organizada de repressão-coerção à oposição burguesa.

Seria ridículo pensar que Bakunin não pensava na necessidade de uma

repressão sobre a oposição burguesa a partir do fato revolucionário. Ainda que não tivesse citado isto claramente em seus textos, a sua total concordância com a forma como se procedeu a Comuna de Paris serviria para provar que tal idéia é absurda. Mas, mesmo em alguns de seus textos, é possível ver referências como:

Para a organização da Comuna: a federação das barricadas permanentes e a função de um conselho revolucionário da Comuna pela delegação de um ou dois deputados por cada barricada, um por rua ou por bairro, deputados investidos de mandatos imperativos, sempre responsáveis e sempre revogáveis. (BAKUNIN, 1999, p. 138).

O que significa “federação das barricadas permanentes” senão a federação do povo em armas? Assim, sem dúvida alguma, tanto Marx não mais proclamava um Estado Centralizado, como pensava Bakunin, quanto este último não ignorava a necessidade de mecanismos organizados de coerção-repressão da burguesia pelo proletariado.

Essa confusão entre Marx e Bakunin contribuiu para impossibilitar um acordo comum que estava implícito na tese de ambos em relação ao caráter do poder revolucionário. Hoje, devemos superar as confusões terminológicas, buscando compreender a crítica real, para além dos conceitos que cada um utilizou.

Comunistas de Conselhos e Anarquistas Revolucionários: um encontro possível

Para os comunistas de conselhos, é com a experiência da luta de classes que o conceito de “ditadura do proletariado” assume a sua forma concreta. Pannekoek, por exemplo, afirma que na época em que este conceito foi criado “não era ainda possível encarar claramente como a classe tomaria o poder.” (PANNEKOEK, 1936). Entretanto, a experiência de toda a luta proletária dos tempos posteriores forneceu

mais claramente como este processo ocorre e deve ocorrer.

No processo revolucionário, o antigo poder estatal será destruído e os órgãos que virão tomar o seu lugar, os conselhos operários, terão certamente durante algum tempo ainda poderes políticos importantes a fim de combater os vestígios do sistema capitalista. Contudo, a sua função política reduzir-se-á gradualmente a uma simples função econômica: a organização do processo de produção colectiva dos bens necessários à sociedade. (PANNEKOEK, 1936).

Neste sentido, para Pannekoek, “A organização conselhistas encarna a ditadura do proletariado”. O processo de luta de classes, segundo ele, “engendra naturalmente órgãos dessa ditadura: os soviets.” (idem).

Para Nildo Viana, Marx entende a “ditadura do proletariado” como o processo revolucionário que vai da derrocada do poder burguês até a extinção completa da oposição à nova sociedade. Neste sentido:

A Comuna de Paris seria a forma histórica na qual isto teria se manifestado pela primeira vez. Na esfera da produção, há a “autogestão dos produtores” e isto se generaliza para todas as relações sociais, mas como ainda existe, neste momento, oposição (seja internacional ou internamente na nação), haverá uma repressão aos elementos reacionários, representantes do antigo estado de coisas, realizada pelo “povo em armas”, ou seja, pela população auto-organizada, sendo uma extensão da autogestão na produção. Com a derrota da contra-revolução, cessa de existir a necessidade de uma coletividade armada para auto-proteção. Aí se entra na segunda fase da sociedade comunista.” (VIANA, 2003).

Embora alguns comunistas de conselhos não utilizem mais o termo “ditadura do proletariado”, este termo, para eles, não significa a constituição de um

Estado de transição (um Estado socialista) como dizia Lênin. Ela significa o autogoverno dos produtores, mantendo ainda a força de repressão, sem a constituição de um exército, mas a partir do “povo em armas” na luta contra a oposição à sociedade autogestionária.

Não há, aqui, nenhuma diferença essencial entre esta concepção política marxista e a concepção anarquista. Há sim uma diferença de termos utilizados. Para os anarquistas, a revolução social é a abolição imediata do Estado e a constituição do autogoverno dos trabalhadores. Para os marxistas não burocráticos, a revolução

social conduz à “ditadura do proletariado” que é, por sinal, a autogestão política, sob a forma dos conselhos operários. Neste sentido, para um anarquista atento, o que os conselhistas chamam de “ditadura do proletariado” é, sobretudo, a “abolição do Estado” proposta pelos anarquistas, isto é, a abolição de um sistema de autoridade firmado na divisão entre dirigentes e dirigidos. É o autogoverno dos trabalhadores. Para um marxista atento, a crítica anarquista à ditadura do proletariado e ao Estado operário é uma crítica à burocracia e, portanto, a qualquer idéia de estatização dos meios de produção.

Referências

- BAKUNIN, Michael. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM. 1999.
- BLANQUI, Auguste. *Reception Procedure of the Society of the Seasons*. 1830. In: <http://www.marxists.org/reference/archive/blanqui/1830/seasons.htm>. Acesso em: novembro de 2009.
- ENGELS, Frederich. *Carta a August Bebel*. 1875. <http://www.marx.org/portugues/marx/1875/03/28.htm>. Acesso em: dezembro de 2009. _____. Introdução de Friedrich Engels à Edição de 1891. In: <http://marxists.architexturez.net/portugues/marx/1891/03/18.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. 1818. In: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Global, 1986
- MARX, Karl. *A Luta de Classes em França: 1848 a 1850*. 1850. In: http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/index.htm. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *Carta de Karl Marx a Ludwig Kugelmann*. 1871. In: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels120471.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *Political Action and the Working Class*. 1871a. In: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/09/politics-speech.htm>. Acesso em Janeiro de 2009.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. 1875. In: <http://www.culturabrasil.org/gotha.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *Comentários ao Livro de Bakunin “Estatalidade e Anarquia”*. 1874. In: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosMarxEngelsLuta1874.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl. *O Congresso de Haya. Relato feito na imprensa do discurso pronunciado na reunião de 8 de setembro de 1872 em Amsterdã*. 1872. In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX & ENGELS. *Manifesto Comunista: Prefácio à edição alemã de 1872*. In: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/prefacios.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: <http://www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.

PANNEKOEK, Anton. *Os Conselhos Operários*. 1936. In: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ma000071.pdf. Acesso em: dezembro de 2009.

VERGER, Vassily. *Marxismo e Estado Proletário em Face do Anarquismo*. 1924. In: <http://www.scientific-socialism.de/PECAP18.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.

VIANA, Nildo. *Marx e a Ditadura do Proletariado*. 2003. In: <http://www.midiaindependente.org/eo/green/2003/03/249615.shtml>. Acesso em: dezembro de 2009.